

AVISO CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

AVISO N.º CENTRO-G2-2016-01

REGULAMENTO ESPECÍFICO SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE
RECURSOS

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: 6.5 - ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS A
MELHORAR O AMBIENTE URBANO, A REVITALIZAR AS CIDADES,
RECUPERAR E DESCONTAMINAR ZONAS INDUSTRIAIS ABANDONADAS,
INCLUINDO ZONAS DE RECONVERSÃO, A REDUZIR A POLUIÇÃO DO AR E A
PROMOVER MEDIDAS DE REDUÇÃO DE RUÍDO

31 DE MAIO DE 2016

Índice

Preâmbulo.....	3
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas.....	4
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura	4
3. Beneficiário	4
4. Área geográfica de aplicação	5
5. Condições de elegibilidade do beneficiário e da operação	5
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas	5
7. Critérios de seleção das candidaturas.....	6
8. Taxas de financiamento.....	7
9. Forma dos apoios.....	7
10. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação da candidatura	7
11. Procedimentos de análise e decisão da candidatura	7
12. Aceitação da decisão	8
13. Dotação indicativa do fundo a conceder.....	8
14. Identificação dos indicadores de realização a alcançar.....	8
15. Programas Operacionais Financiadores	9
16. Divulgação de resultados e pontos de contacto	9
Anexo A - Critérios de seleção das candidaturas.....	10
Anexo B - Documentação obrigatória para instrução da candidatura	11

Preâmbulo

O domínio ambiental da qualidade do ar resulta da conjugação das políticas do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, num quadro de cooperação e articulação entre a Agência Portuguesa do Ambiente e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Os níveis crescentes de poluição atmosférica resultantes do desenvolvimento socio-económico, nomeadamente em meio urbano, tem vindo a provocar a degradação da qualidade do ar. Particularmente, esta degradação tem efeitos visíveis ao nível dos ecossistemas, da saúde pública e da qualidade de vida dos cidadãos.

A Região Centro dispõe de uma rede de monitorização da qualidade do ar, dotada com 10 estações fixas, 9 das quais compostas por 36 analisadores de poluentes. Atualmente, são monitorizados em contínuo nestas estações vários poluentes, cujos dados são disponibilizados em tempo real na base de dados *on-line* da qualidade do ar (QUALAR). Igualmente são elaborados e disponibilizados ao público relatórios anuais com a análise estatística dos dados de qualidade do ar, bem como inventários regionais anuais de emissões gasosas. A necessidade de intervir prende-se com a urgência da reformulação da rede, de forma a dotar as estações de novos equipamentos que permitam uma recolha mais precisa de dados sobre poluentes atmosféricos e garantindo a certificação desses mesmos equipamentos (pela norma ISO 17025).

As prioridades definidas na Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) visam a melhoria “da qualidade do ar, com vista à proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e à preservação dos ecossistemas” assente nos três eixos: “Avaliar”, “Antecipar” e “Atuar”.

Neste contexto, o reforço e modernização da rede urbana de medição de qualidade do ar de âmbito regional, em conjugação com a realização de estudos e ações associados à melhoria da qualidade do ar, permitirão, através do conhecimento dos efeitos da poluição do ar na Região Centro, assegurar a efetivação dos programas de medição e as medidas de gestão, de acordo com os requisitos legais, assim como melhorar os sistemas de informação e de divulgação ao público e às instituições relevantes na matéria.

As regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento estipulam que a Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional do Centro (doravante designado por POR Centro) poderá adotar a modalidade de Convite para apresentação de candidaturas em casos excecionais, nos termos do n.º 1, do artigo 16º, do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020.

Neste sentido, nos termos do referido artigo, foi elaborado o presente Aviso Convite para apresentação de uma candidatura, no âmbito da secção 18 - Reabilitação e qualidade do ambiente urbano do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no

Uso de Recursos (RESEUR), aprovado pela Portaria nº 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterada pela Portaria nº 404-A/2015, de 18 de novembro.

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

O presente Aviso Convite tem como objetivo acolher uma candidatura enquadrada na prioridade de investimento 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído. Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 7 - Afirmar a Sustentabilidade do Território (Conservar), estando associado ao objetivo temático 6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos do Programa Operacional Regional do Centro.

Por sua vez, na seção 18 do RESEUR, relativa à reabilitação e qualidade do ambiente urbano, o artigo 119º estabelece que os apoios têm como objetivo específico a melhoria do ambiente urbano através da revitalização das cidades, em especial nos centros urbanos, por via da reabilitação física do edificado destinado a habitação, comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva e do espaço público envolvente, da qualificação ambiental e urbanística das áreas industriais abandonadas, bem como da redução da poluição do ar e do ruído.

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

As tipologias de investimento suscetíveis de serem apoiadas, de acordo com o n.º 2, do artigo 121º do RESEUR, são as seguintes:

- estudos e ações associados à melhoria da qualidade do ar e à qualidade de vida em meio urbano, nomeadamente a realização de projetos-piloto de redução da poluição do ar, o reforço e modernização da rede urbana de medição de qualidade do ar de âmbito regional, a realização de inventários de emissões regionais com informação relevante para os modelos de qualidade do ar, e posterior integração e disponibilização no sistema nacional de informação (QualAr), a criação de modelos de avaliação da qualidade do ar com resolução espacial a nível regional, urbano e de vias de tráfego.

3. Beneficiário

Para os efeitos previstos no presente Aviso Convite constitui entidade beneficiária a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, enquanto “Entidade da Administração Pública Central”, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 122º do RESEUR.

4. Área geográfica de aplicação

O presente Aviso Convite tem aplicação na NUT II da Região Centro de Portugal, definida de acordo com o Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro.

5. Condições de elegibilidade do beneficiário e da operação

A operação candidata deve demonstrar o respeito pelos objetivos, prioridades do presente e tipologia de operação do Aviso Convite, assim como as condições específicas de acesso:

- a) Critérios de elegibilidade dos beneficiários, definidos nos artigo 13º e 14º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.
- b) Critérios de elegibilidade das operações e dos beneficiários, definidos nos artigos 5º e 6º do RESEUR, respetivamente.
- c) Critérios de elegibilidade das operações previstos no artigo 123º do RESEUR.
- d) O grau de maturidade mínimo exigido para as operações, na fase de apresentação de candidatura, consiste na evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência e outras peças preparatórias dos respetivos procedimentos de contratação pública relativamente aos investimentos propostos. Atento ao previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 12.º do RESEUR, que determina aos beneficiários a obrigação de iniciar a execução da operação no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do termo de aceitação da operação.
- e) O prazo máximo para conclusão da operação é de 24 meses, a contar da assinatura do Termo de Aceitação da candidatura.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as despesas indispensáveis à concretização da operação que vier a ser aprovada no âmbito do presente Aviso Convite, resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação, nomeadamente, as regras e limites de elegibilidade das despesas são as seguintes:

- a) Elegibilidade das despesas, definida no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.
- b) Elegibilidade das despesas, definida no artigo 7º do RESEUR.
- c) Despesas elegíveis, definidas no artigo 124º do RESEUR.

- d) No caso de projetos geradores de receita, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.
- e) Não são elegíveis imputações de custos internos da entidade beneficiária.
- f) Não são elegíveis despesas de consumo corrente ou despesas de funcionamento, mas apenas despesas de investimento, registadas como tal em contas de ativos tangíveis ou intangíveis, agregadas em conta específica para a operação.

7. Critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, definido com base em critérios de seleção, de acordo com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, e com o artigo 9º do RESEUR.

O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção, previamente aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POR Centro e detalhados no Anexo A.

O MP é calculado com base nas seguintes fórmulas associadas a cada uma das tipologias:

Tipologia de operação	Mérito do projeto
- Estudos e ações associados à melhoria da qualidade do ar e à qualidade de vida em meio urbano, nomeadamente a realização de projetos-piloto de redução da poluição do ar, o reforço e modernização da rede urbana de medição de qualidade do ar de âmbito regional, a realização de inventários de emissões regionais com informação relevante para os modelos de qualidade do ar, e posterior integração e disponibilização no sistema nacional de informação (QualAr), a criação de modelos de avaliação da qualidade do ar com resolução espacial a nível regional, urbano e de vias de tráfego.	$MO = 0,10 A + 0,30 B + 0,40 C + 0,20 D$

Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 3 uma valoração média e 2 uma valoração reduzida.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1, correspondente a uma valoração muito reduzida

A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

Para efeitos de seleção, a candidatura considera-se elegível se obtiver uma pontuação de mérito absoluto igual ou superior a 3,00, até ao limite orçamental definido no ponto 14 deste Aviso Convite.

A análise do mérito da operação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POR Centro.

8. Taxas de financiamento

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 8º do RESEUR.

9. Forma dos apoios

Os apoios a conceder à candidatura a aprovar no âmbito do presente Aviso Convite assumem a forma não reembolsável, de acordo com n.º 3, do artigo 125º do RESEUR.

10. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação da candidatura

A apresentação da candidatura é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

A candidatura deverá igualmente ser instruída com a documentação obrigatória constante do Anexo B ou, em alternativa, deverá ser indicado o respetivo *link* de acesso.

O prazo para apresentação da candidatura decorre entre o dia útil seguinte à data da publicação do presente Aviso e as 17:59:59 horas do dia 24.06.2016.

A data e hora de entrada da candidatura é a do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

11. Procedimentos de análise e decisão da candidatura

A candidatura é analisada e selecionada de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente Aviso.

A data limite para a decisão ser proferida pela Autoridade de Gestão e notificada ao beneficiário observa o disposto no artigo 20º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro.

O prazo máximo de 60 dias úteis, previsto no referido artigo, para a decisão das candidaturas ser proferida, não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez, e a resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados.

A não apresentação pelo candidato dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, no prazo de 10 dias úteis, significará a desistência da candidatura.

Na fase de notificação da proposta de decisão, o candidato poderá, nos termos do procedimento de audiência prévia, previsto no Código de Procedimento Administrativo, apresentar eventuais alegações contrárias, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis contados a partir da data da receção da referida notificação.

12. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato, nos termos do artigo 21º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro. De acordo com este artigo, a aceitação do apoio poderá ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11º do referido Decreto-Lei.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação ou contrato no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão.

13. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação FEDER da prioridade de investimento 6.5 do eixo prioritário 7 para o período de programação é de 600.000,00€ euros.

14. Identificação dos indicadores de realização a alcançar

A candidatura a financiar deverá contribuir para o seguinte indicador de realização:

Indicador de realização	Meta 2023
Nº de estações da rede de medição da Qualidade do Ar de âmbito regional reforçadas e/ou modernizadas	9

15. Programas Operacionais Financiadores

O financiamento da candidatura, no âmbito deste Aviso, é assegurado pelo Programa Operacional Regional do Centro.

16. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal do Centro 2020 (www.centro2020.pt) e no Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) o candidato têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora.
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o Aviso Convite.
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais.
- d) Resultados deste Aviso Convite.

Coimbra, 31 de maio de 2016

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa
Operacional Regional do Centro

Prof. Doutora Ana Abrunhosa

Anexo A - Critérios de seleção das candidaturas

Os critérios de seleção aprovados no Comité de Acompanhamento do POR Centro obedecem aos seguintes princípios gerais:

Categoria	Descrição
A. Eficácia	Mede, sempre que possível, o contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo(s) Específico(s) onde a operação se insere e/ou para outros resultados a que se propõe.
B. Adequação à Estratégia	Nos casos aplicáveis, mede o contributo da operação para as estratégias da política territorial (nacional, regional ou local) e setorial relevantes.
C. Eficiência e Sustentabilidade	Avalia a operação na perspetiva da racionalidade na alocação dos recursos financeiros disponíveis, privilegiando investimentos em áreas deficitárias e avaliando a oportunidade da sua realização, em relação à implementação de medidas que assegurem a sua sustentabilidade (temporal, ambiental, económica, financeira).
D. Abordagem Integrada	Nos casos aplicáveis, avalia a operação na perspetiva do seu efeito de articulação, quer no que respeita às complementaridades com outras ações já financiadas por instrumentos/programas nacionais e comunitários, introduzindo um fator de escala e de ampliação de efeitos dessas ações, às parcerias com terceiros que promovam sinergias, quer ainda à abrangência territorial que potencie os efeitos da operação.

Para cada uma das categorias, o Comité de Acompanhamento do POR Centro definiu os seguintes critérios de seleção que se aplicam a todas as tipologias de operação previstas neste Aviso:

Categoria	Critérios de seleção	Valoração		Ponderação
Eficácia	A. Contributo para os indicadores de resultado definidos para a Prioridade de Investimento no POR Centro	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	10-20%
Eficácia	B. Contributo para a aplicação futura e regular em instrumentos de gestão e monitorização da melhoria da qualidade do ar, da redução do ruído ou da qualidade de vida em meio urbano, pelo município ou de outra entidade com responsabilidades na gestão do território.	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	20-30%
Eficiência e Sustentabilidade	C. Qualidade geral da operação avaliada através de: a) Fundamentação e pertinência dos objetivos a atingir; b) Coerência e razoabilidade da estrutura de custos; c) Caráter inovador das soluções propostas, nomeadamente no âmbito da sustentabilidade.	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	30-40%
Adequação à estratégia	D. Contributo para a implementação da Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2014-2020)	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	10-20%

Anexo B - Documentação obrigatória para instrução da candidatura

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:
 - a) Identificação e justificação da prioridade de investimento em que se enquadra.
 - b) Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no Aviso Convite.
 - c) Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação.
 - d) Calendário de realização física e financeira.
 - e) Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
 - f) Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
 - g) Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
 - h) No caso de aquisições de equipamento, deve ser apresentada uma listagem com a identificação e localização do bem adquirido ou a adquirir por local ou espaço.
 - i) Grau de maturidade das componentes de investimento.
 - j) Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
 - k) Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, de acordo com a alínea l) do artigo 5º do RESEUR.
2. Projeto de execução/Caderno de encargos, de cada um dos procedimentos concursais, devidamente aprovado.
3. Informação técnica detalhada dos serviços que comprove a observância da operação com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.
4. Pareceres/licenças emitidos pelas entidades competentes (quando aplicável).
5. Documento de formalização da parceria ou protocolo (quando aplicável).
6. Documentação comprovativa da propriedade ou legitimidade para intervenção nos terrenos ou edifícios necessários à concretização da candidatura (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
7. No caso dos projetos geradores de receitas, demonstração do cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de Outubro, conforme orientação ou norma específica do Programa Operacional.
8. Comprovativo do enquadramento do beneficiário em termos de IVA.

9. Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente Aviso.
10. Comprovativo da inscrição em Plano e Orçamento aprovado e devidamente assinado da totalidade dos investimentos propostos.
11. Declarações de compromisso do órgão competente da entidade, em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro e do RESEUR.
12. Toda a documentação referente a cada um dos procedimentos de contratação pública, incluindo respetiva checklist.